

Processo nº 8345/2005
DECRETO Nº 19.668, DE 31 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a criação de ponto de estacionamento de veículos de transporte de carga - tipo caminhão - PC nº "07", e dá outras providências.

LUIZ MARINHO, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais, especialmente nos termos do que dispõe o art. 259, da Lei Municipal nº 4.974, de 31 de maio de 2001, e considerando o que consta do processo administrativo nº 8345/2005, deste Município, decreta:

- Art. 1º** Fica criado o ponto de estacionamento de veículos de transporte de carga - tipo caminhão - PC nº "07", na Rua Ministro Aduauto Cardoso, próximo à esquina com a Rua Tiradentes, Bairro Ferrazópolis, com capacidade para 4 (quatro) veículos.
- Art. 2º** O preenchimento das vagas do ponto criado pelo art. 1º deste Decreto se dará nos termos da Lei nº 4.974, de 2001, e do Decreto nº 13.500, de 2 de outubro de 2001.
- Art. 3º** As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
- Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo, 31 de maio de 2016
LUIZ MARINHO

Prefeito

SYLVIO VILLAS BOAS DIAS DO PRADO

Secretário de Assuntos Jurídicos e Cidadania

ADRIANA SANTOS BUENO ZULAR

Procuradora-Geral do Município

OSCAR JOSÉ GAMEIRO SILVEIRA CAMPOS

Secretário de Transportes e Vias Públicas

Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete e publicado em

MEIRE RIOTO

Diretora do SCG-1

Processo nº 23537/2016
DECRETO Nº 19.669, DE 31 DE MAIO DE 2016

Delega competência ao Secretário de Finanças, para os fins que especifica, e dá outras providências.

LUIZ MARINHO, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º Ficam outorgados poderes ao Secretário de Finanças para representando o Município de São Bernardo do Campo, praticar todos os atos indispensáveis à contratação de operações de crédito e prestação de garantias e contragarantias autorizadas em lei, pelo Tesouro do Município, junto à União ou as suas Autarquias, a instituições financeiras ou de crédito, da rede oficial ou privada, nacional ou internacional, podendo, para tanto, assinar contratos e demais documentos, inclusive declarações, vinculados às operações de crédito, emitir cartas de fiança e praticar todos os atos necessários à formalização de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis e prestação de garantia ou contragarantia de interesse do Município de São Bernardo do Campo e de órgãos e entidades da administração direta, desde que cumpridas todas as formalidades legais exigíveis na ocasião para operações da espécie.

Parágrafo único. Inclui-se nos poderes outorgados a competência para referendar, como representante do Município de São Bernardo do Campo, as manifestações sobre o atendimento das condições gerais de natureza legal e financeira da Administração Pública Municipal, que devam instruir os procedimentos de autorização no âmbito dos órgãos federais, especialmente junto à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, com vistas à contratação de operações de crédito interno e externo, bem como para a obtenção de garantias da União, de interesse do Município de São Bernardo do Campo, incluindo assinatura digital no Sistema de Análise da Divida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios - SADIPEM, nos termos da legislação e demais normas em vigor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo, 31 de maio de 2016
LUIZ MARINHO

Prefeito

SYLVIO VILLAS BOAS DIAS DO PRADO

Secretário de Assuntos Jurídicos e Cidadania

ADRIANA SANTOS BUENO ZULAR

Procuradora-Geral do Município

PAULO JOSÉ DE ALMEIDA

Secretário de Finanças

Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete e publicado em

MEIRE RIOTO

Diretora do SCG-1

Processo nº 45441/2015
DECRETO Nº 19.670, DE 31 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar na Autarquia "Rotativo São Bernardo", e dá outras providências.

LUIZ MARINHO, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 6.442, de 14 de dezembro de 2015, especialmente os arts. 9º e 10, e o Decreto Municipal nº 19.548, de 22 de dezembro de 2015, decreta:

Art. 1º É aberto na Autarquia "Rotativo São Bernardo", crédito adicional no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

32.320.3.3.91.39.00.26.451.0002.2183.04	1558-2	Manutenção da Unidade	R\$	900.000,00
-----------------------------------------	--------	-----------------------	-----	------------

Art. 2º O crédito aberto no art. 1º deste Decreto será coberto com recursos próprios da Autarquia, provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo, 31 de maio de 2016
LUIZ MARINHO

Prefeito

SYLVIO VILLAS BOAS DIAS DO PRADO

Secretário de Assuntos Jurídicos e Cidadania

ADRIANA SANTOS BUENO ZULAR

Procuradora-Geral do Município

PAULO JOSÉ DE ALMEIDA

Secretário de Finanças

NILZA APARECIDA DE OLIVEIRA

Secretária de Orçamento e Planejamento Participativo

Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete e publicado em

MEIRE RIOTO

Diretora do SCG-1

Processo nº 45459/2015
DECRETO Nº 19.672, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre suplementação de dotações orçamentárias.

LUIZ MARINHO, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o disposto nos arts. 9º e 10 da Lei Municipal nº 6.442, de 14 de dezembro de 2015, decreta:

Art. 1º É aberto, na Secretaria de Finanças, crédito no valor de R\$ 1.923.464,41 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

		R\$
06.062.3.3.90.39.00.15.451.0016.2253.01	0115-3	Gestão de energia elétrica e iluminação pública..... 254.172,54
06.062.4.4.90.51.00.15.451.0016.1171.01	0118-7	Gestão de energia elétrica e iluminação pública..... 21.899,19
08.080.4.4.90.61.00.12.365.0048.1040.01	0260-4	Requalificar os serviços, a infraestrutura e o apoio ao ambiente escolar..... 1.319.079,00
10.100.3.3.90.33.00.14.422.0034.2131.01	0638-1	Consolidar o sistema de planejamento municipal..... 10.000,00
11.111.4.4.90.39.00.16.482.0031.1181.01	0692-5	Gerenciamento de obras e contratos de empreendimentos de produção habitacional de interesse social..... 126.000,00
14.143.4.4.90.52.00.08.244.0037.2173.05	0896-9	Qualificação da rede de proteção social e prevenção aos diversos segmentos vulneráveis..... 43.000,00
21.211.3.3.90.30.00.04.122.0040.2100.01	1115-6	Modernizar e requalificar os processos administrativos e de tecnologia da informação..... 149.313,68

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

I - anulação parcial das seguintes dotações:

		R\$
08.082.3.3.90.32.00.12.361.0048.2036.01	0401-2	Manter a qualidade e eficiência na aquisição de uniformes e material escolar..... 819.079,00
08.082.3.3.90.32.00.12.365.0048.2036.01	0404-6	Manter a qualidade e eficiência na aquisição de uniformes e material escolar..... 500.000,00
11.111.4.4.90.39.00.16.482.0023.1174.01	0684-4	Gerenciamento de obras preventivas, emergenciais e correção de risco..... 126.000,00
11.111.4.4.90.51.00.16.482.0026.1005.01	0697-5	Execução de obras de urbanização integrada em assentamentos precários e irregulares..... 21.899,19
14.141.3.1.90.11.00.08.122.0033.2001.01	0831-7	Contratações e pagamentos de pessoal civil..... 10.000,00
17.172.4.4.90.61.00.26.453.0046.1003.01	1004-5	Estruturar o sistema de transporte coletivo, através da implantação de corredores de ônibus..... 254.172,54
21.211.3.3.90.39.00.04.122.0040.2100.01	1122-9	Modernizar e requalificar os processos administrativos e de tecnologia da informação..... 149.313,68

II - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2015, referente à rubrica municipal 6588 – Progr. Bolsa Família – Índice de Gestão Descentr. – IGD - FMAS, conta corrente 48.045-2, agência 0427-8, Banco do Brasil, Chave: IGD, no valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo, 2 de junho de 2016
LUIZ MARINHO

Prefeito

SYLVIO VILLAS BOAS DIAS DO PRADO

Secretário de Assuntos Jurídicos e Cidadania

ADRIANA SANTOS BUENO ZULAR

Procuradora-Geral do Município

PAULO JOSÉ DE ALMEIDA

Secretário de Finanças

NILZA APARECIDA DE OLIVEIRA

Secretária de Orçamento e Planejamento Participativo

Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete e publicado em

MEIRE RIOTO

Diretora do SCG-1

Processo nº 27916/2016
DECRETO Nº 19.673, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Regulamenta o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos Inscritos em Dívida Ativa de São Bernardo do Campo – FESBC, instituído pela Lei Municipal nº 6.472, de 17 de maio de 2016, e dá outras providências.

LUIZ MARINHO, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de regulamentar o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos Inscritos em Dívida Ativa de São Bernardo do Campo – FESBC, instituído pela Lei Municipal nº 6.472, de 17 de maio de 2016, nos termos do disposto em seu art. 11, decreta:

Art. 1º O denominado Fundo Especial de Créditos Inadimplidos Inscritos em Dívida Ativa de São Bernardo do Campo – FESBC, criado pela Lei Municipal nº 6.472, de 2016, fica regulamentado nos termos deste Decreto, e, fica vinculado, além de atos referentes à sua própria gestão e custeio, à realização dos seguintes programas:

I - no caso dos recursos depositados na Conta de Recuperação:

- a)** transferência para o modelo securitizador instituído segundo as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para fins de resgate e amortização dos ativos financeiros por ele emitidos, em caso de securitização dos ativos do FESBC;
- b)** transferência para a Conta de Resultado dos valores relativos aos custos e às despesas para a realização da operação de apoio à cobrança dos créditos inadimplidos, inscritos em dívida ativa, e às taxas de administração afetas ao resgate dos ativos emitidos;
- c)** destinações de vinculação constitucional;

II - no caso dos recursos depositados na Conta de Resultado:

- a)** investimentos para realização de obras e serviços públicos;
- b)** pagamento dos custos e das despesas para a realização da operação de securitização, a serem pagos à instituição que venha a ser contratada;
- c)** capitalização do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS; e
- d)** aporte financeiro em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.

Art. 2º Constitui receita do FESBC:

- I - os recursos obtidos em virtude da cobrança dos créditos inadimplidos inscritos em dívida ativa, observado o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 6.472, de 2016;
- II - os recursos obtidos em virtude de venda dos ativos de natureza sênior, ou seja, com preferência na ordem de liquidez; e
- III - os rendimentos e os frutos decorrentes da aplicação dos recursos previstos nos incisos I e II deste artigo.

Parágrafo único. Os recursos geridos pelo FESBC deverão integrar a Lei Orçamentária Anual, conforme previsões pertinentes constantes da Lei Municipal nº 6.472, de 2016.

Art. 3º O FESBC não possui personalidade jurídica e tem natureza contábil-financeira, com rubricas e contabilidade próprias, vinculando-se à Secretaria de Finanças.

Art. 4º Os recursos incorporados ao FESBC deverão ser depositados em duas contas individualizadas, nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº 6.472, de 2016, abertas com finalidade específica e mantidas em instituição financeira oficial designada pela Secretaria de Finanças, cujas receitas serão vinculadas aos seus respectivos programas:

I - Conta de Recuperação, destinada aos recursos oriundos da recuperação dos créditos inadimplidos inscritos em dívida ativa; e

II - Conta de Resultado, destinada aos recursos oriundos da venda dos ativos financeiros de natureza sênior, de que trata o art. 5º, II, da Lei Municipal nº 6.472, de 2016.

§ 1º A movimentação da Conta de Recuperação, para a finalidade de que trata o art. 7º, I, da Lei Municipal nº 6.472, de 2016, cabe à própria instituição responsável pela operação de securitização, exclusivamente, mediante autorização expressa do Município.

§ 2º Em caso de realização de operação de securitização, o fluxo financeiro decorrente da recuperação dos créditos que compõem o patrimônio do FESBC deverá ser transferido ao modelo securitizador, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da baixa do crédito.

Art. 5º O FESBC poderá ceder, a título oneroso, de forma definitiva, a um modelo securitizador, constituído especificamente para este fim, de acordo com a Instrução CVM nº 476/2009, expedida pela Comissão de Valores Mobiliários, o fluxo financeiro decorrente da recuperação dos créditos tributários e não tributários, parcelados ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial, que componham o ativo do FESBC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 6.472, de 2016.

§ 1º O modelo securitizador poderá emitir ativos financeiros lastreados nos direitos creditórios a que se refere o **caput** deste artigo, de forma à obtenção de recursos junto ao mercado financeiro nacional, para a realização dos investimentos e finalidades previstos no art. 7º da Lei Municipal nº 6.472, de 2016.

§ 2º Em contraprestação pela cessão dos direitos creditórios, o FESBC poderá receber ativos financeiros, moeda nacional ou os recursos advindos da negociação de tais ativos no mercado financeiro.

§ 3º A cessão a que se refere o **caput** deste artigo compreende apenas o direito autônomo ao recebimento dos créditos tributários, cujo fato gerador já tenha ocorrido, e de créditos não tributários vencidos, e não pagos nos respectivos vencimentos, efetivamente constituídos e inscritos na dívida ativa do Município, ou objeto de parcelamento, excetuados os valores referentes aos honorários advocatícios ou de sucumbência devidos à Procuradoria-Geral do Município, quando houver.

§ 4º O FESBC poderá ceder ativos financeiros decorrentes da securitização, para fins de capitalização voluntária do Regime Próprio de Previdência Social - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo – SBCEPREV.

§ 5º O contrato de cessão dos ativos financeiros determinará as classes de ativos a serem emitidos, os prazos de resgate e sua forma de remuneração, em conformidade com a legislação e o regramento vigente no sistema financeiro.

Art. 6º A cessão de que trata o art. 3º da Lei Municipal nº 6.472, de 2016, não modifica a natureza do crédito que originou o direito creditório objeto da cessão, o qual mantém suas garantias e privilégios legais; não altera as condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento, e não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanece com a Secretaria de Finanças ou a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 7º A cessão deverá ser disciplinada em instrumento específico, com individualização dos direitos creditórios cedidos, aplicando-se, no que couber, os dispositivos pertinentes do Código Civil, instituído pela Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo único. A cessão far-se-á em caráter definitivo, sem assunção, pelo Município, perante o cessionário, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

Art. 8º Nos procedimentos necessários à formalização da cessão prevista no art. 3º da Lei Municipal nº 6.472, de 2016, o Município preservará o sigilo relativamente a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, do devedor ou de terceiros.

Art. 9º Os ativos financeiros emitidos serão registrados, administrados, estruturados e geridos por Instituição do Sistema Financeiro Nacional, contratada mediante licitação na modalidade Pregão (Presencial), tipo Menor Preço Global (Menor Percentual), visando à realização de operação de securitização dos direitos creditórios cedidos pelo FESBC, nos moldes estipulados pela legislação federal, sobretudo pela Instrução CVM nº 476/2009, expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 10. O FESBC será gerido por Conselho de Administração composto por um membro da Secretaria de Finanças, na condição de presidente, por um membro da Procuradoria-Geral do Município e por um membro da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo e respectivos suplentes, definidos em portaria editada pelo Prefeito.

§ 1º O Conselho de Administração se reunirá mensalmente ou sempre que houver convocação do seu presidente, na forma como dispuser o Regimento Interno.

§ 2º As competências dos membros do Conselho de Administração serão definidas na primeira Reunião do FESBC, quando será dada a posse ao Presidente e aos demais membros, titulares e suplentes, as quais deverão compor o conteúdo do seu Regimento Interno.

§ 3º Na primeira reunião do Conselho de Administração do FESBC será apresentada Minuta de Regimento Interno, para apreciação e posterior aprovação.

§ 4º A convocação da primeira reunião do Conselho de Administração do FESBC será feita pelo Secretário de Finanças, para, no máximo 15 (quinze) dias úteis, após promulgação deste Decreto.

Art. 11. A proposta orçamentária anual do FESBC será elaborada pelas Secretarias de Finanças e de Orçamento e Planejamento Participativo, em consonância com o limite das disponibilidades previstas e submetida à aprovação do Conselho de Administração do Fundo.

Art. 12. A Secretaria de Finanças deverá elaborar plano anual de aplicação dos recursos do FESBC e, após aprovado pelo Conselho de Administração, deverá publicá-lo em até 30 (trinta) dias, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O plano anual de aplicação deverá conter, minimamente:

I - informações sobre a carteira de projetos em execução, o volume de recursos despendidos e a estimativa de recursos disponíveis para aplicação;